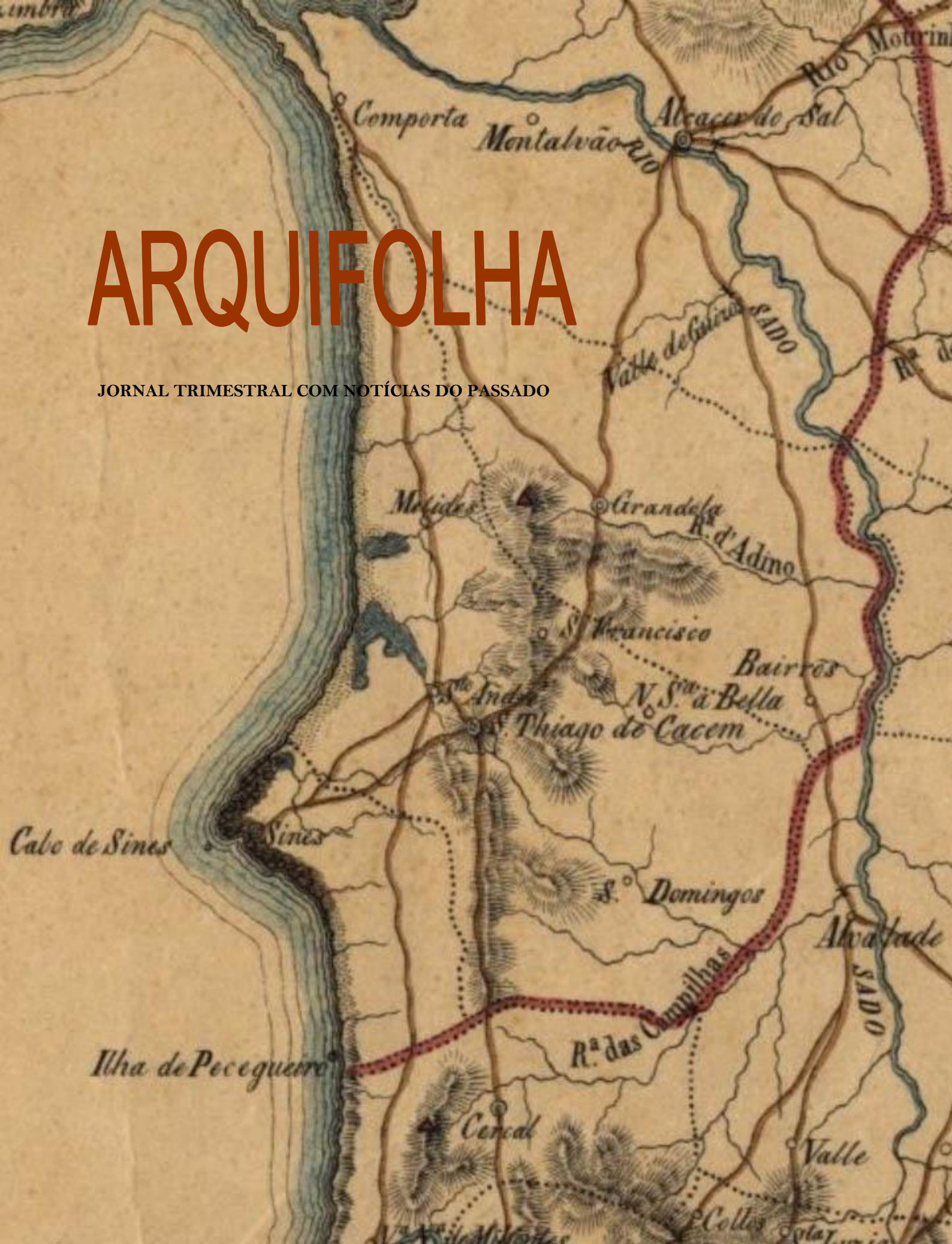


ARQUIFOLHA

JORNAL TRIMESTRAL COM NOTÍCIAS DO PASSADO



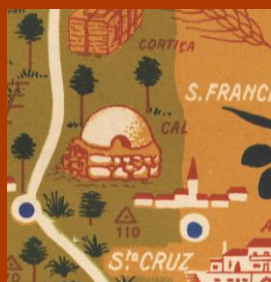
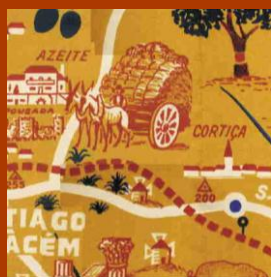
EDITORIAL

Este número do ARQUIFOLHA dá continuidade à nossa ronda pelas freguesias do concelho de Santiago do Cacém, debruçando-se agora sobre as freguesias da zona de serra: S. Francisco, S. Bartolomeu, Santa Cruz, Santiago do Cacém e Cercal.

Escolhemos balizar este olhar pelas referidas freguesias entre 1834, no final da Guerra Civil que opôs Liberais e Absolutistas, e 1875, ano em que o Cercal passou a fazer parte do concelho.

Ao longo deste ARQUIFOLHA, no campo político, damos conta das purgas administrativas ocorridas no final de duas guerras civis, dos assaltos aos montes isolados em tempos de instabilidade e de como um boato podia muitas vezes tornar-se num caso sério. Também acompanhamos algumas diligências policiais de aparato e risco; debruçamo-nos sobre as obras na rede viária da época e a forma como eram levadas a cabo, a instalação de um novo tipo de equipamento público - o cemitério, uma das mudanças de local da secular Feira do Monte, e o arranque da atribuição oficial de toponímia e números de polícia em Santiago do Cacém.

Terminamos com a descrição do contentamento com que as autoridades administrativas de Santiago do Cacém acolheram a freguesia do Cercal, na sua entrada neste concelho.

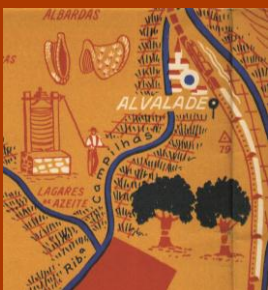
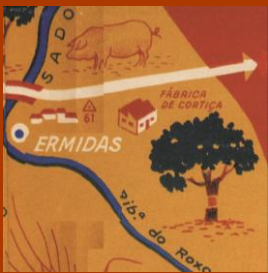
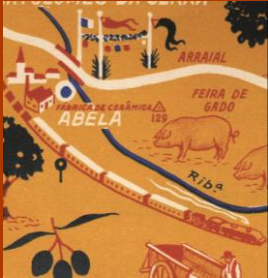


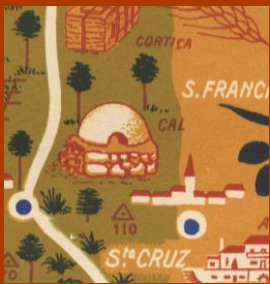
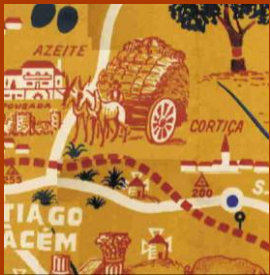
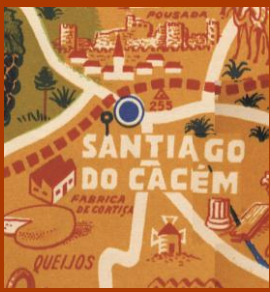
BREVE HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS DA ZONA DE SERRA

Na zona serrana do concelho ficam localizadas as freguesias de S. Francisco, S. Bartolomeu, Santa Cruz, Santiago do Cacém e Cercal do Alentejo e, à exceção da última, o território de todas as restantes sempre pertenceu ao concelho de Santiago do Cacém. Inicialmente existia apenas uma freguesia que abarcava todo o concelho mas, provavelmente no decurso do século XVI, as várias ermidas rurais foram transformadas em Igrejas Paroquiais, autonomizando-se como freguesias e mantendo-se inalteradas até aos nossos dias.

Destas Igrejas destaca-se a de S. Francisco da Serra, que recebeu neste mesmo século XVI uma valiosa decoração de frescos maneiristas. Outros exemplos traduzem a importância que tiveram as freguesias de S. Bartolomeu da Serra e de Santa Cruz como, na primeira, a Casa da Quinta das Relvas, construída no início do século XIX, nas proximidades da Igreja Paroquial e da povoação, por José Joaquim Salema de Andrade Guerreiro de Aboim (1782-1862), 7º morgado do vínculo dos Raposos e dono da propriedade na altura. Este edifício é um notável exemplo arquitetónico que, apesar do abandono, muito enobrece S. Bartolomeu. Em Santa Cruz destacam-se os jardins da Quinta dos Olhos Bolidos, remontando ao século XVIII e a um dos seus mais ilustres proprietários – D. António Pais Godinho, bispo de Nanquim. Local de grande riqueza histórica e patrimonial possui fontes, arbustos aparados, bancos de alvenaria e casa da cascata decorada com conchas e porcelana chinesa.

Antes da criação de aglomerados populacionais ao redor das Igrejas Paroquiais, era no território da futura freguesia de Santiago do Cacém que se concentrava a maior parte das localidades do concelho, pois no início do século XVI, para além da vila, aqui ficavam três das quatro aldeias existentes, uma delas ainda hoje identificável na toponímia – a Aldeia da Ortiga; estas acabaram por desaparecer mais tarde, surgindo por sua vez a Aldeia dos Chãos, não longe do quatrocentista Convento do Loreto.



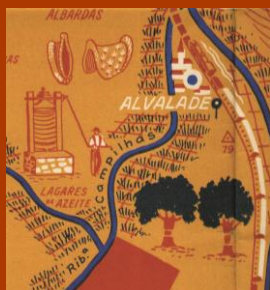
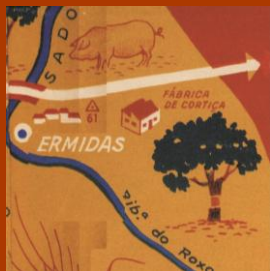
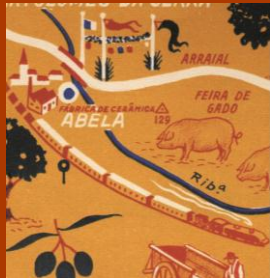


A mais antiga referência documental acerca da localidade de Cercal data de 1274, no entanto a paróquia do Cercal só seria constituída no decurso do século XVI, dentro do território do concelho de Milfontes.

Em 1836, o Cercal passou oficialmente a sede do concelho de Milfontes, efetivando uma situação que existia de facto desde o início do século XIX. Ao longo dos séculos, a localidade do Cercal rivalizara constantemente com Vila Nova de Milfontes em termos demográficos e económicos, e era também no Cercal que residiam todos ou a maioria dos vereadores, logo foi aí que eles acabaram por passar a reunir, identificando e datando toda a documentação oficial nessa mesma localidade.

O decreto de 24 de outubro de 1855 extinguiu o concelho do Cercal – Milfontes, incorporando o seu território em Odemira até 1875. Neste último ano, na sequência de um requerimento da maioria dos eleitores do Cercal, a freguesia transitou para o concelho de Santiago do Cacém, onde se tem mantido até aos nossos dias. Finalmente, em 1991, a sede da freguesia foi elevada à categoria de vila.





A FREGUESIA DE S. FRANCISCO

SUBSTITUIÇÃO DAS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS

No dia 27 de junho de 1834 foi presente à Câmara Municipal um requerimento do provedor do concelho, a solicitar a substituição dos párcos de Abela, S. Francisco e S. Domingos, assim como dos juízes da vintena das duas últimas freguesias mencionadas, por serem politicamente suspeitos de ideias absolutistas. Esta ação seguiu-se a um conjunto de acontecimentos ocorridos na vila, em maio daquele mesmo ano, nomeadamente: expulsão das

forças miguelistas, aclamação da rainha D. Maria II, da Carta Constitucional e do regime liberal.

Face ao pedido do provedor, a Câmara Municipal deliberou nomear pessoas da sua confiança política.

Cerca de 13 anos mais tarde (*julho de 1847*), na sequência da Patuleia, foram exonerados pelo Administrador do Concelho, os regedores de S. Francisco e de Santa Cruz, devido aos “*bons serviços prestados às forças rebeldes*”.



Pormento de um dos frescos da Igreja Paroquial de S. Francisco de Serra (fotografia de José Matias, CMSC, 2004).

ASSALTO AO MONTE DO TOURIL

Em janeiro de 1847, um grupo de 12 homens assaltou o monte do Lavrador Manuel do Touril, roubando 500 mil reis em dinheiro e 100 mil reis “*em objectos de caça*”. Os assaltantes puseram-se em fuga seguindo para Montalvo, nas proximidades de Alcácer do Sal. Presumiu-se, então, que seriam guerrilheiros

Patuleias, não só porque se estava em plena guerra civil, e os rebeldes necessitavam de fundos, mas também pelo percurso que tomaram. Refira-se que Galamba reunia os seus homens nas margens do Sado, não longe de Alcácer, onde viria a atacar as forças governamentais no início de fevereiro.

FREGUESIA DE S. BARTOLOMEU

OBRAS NA ESTRADA PARA SANTIAGO

Na reunião de Câmara de 16 de dezembro de 1840, o regedor de S. Bartolomeu pediu a reparação da “*estrada real que segue d’esta Villa por aquella Freguezia*”, principalmente entre “*Valle d’Avéollas*” e “*Valle das Zebras*”.

A Câmara deliberou atender ao solicitado, e intimou todos os moradores da freguesia a contribuir para a realização da obra, quer com o seu trabalho, quer com donativos pecuniários.

AÇÃO POLICIAL

Em novembro de 1846, desenrolou-se na freguesia de S. Bartolomeu uma operação policial com o intuito de encontrar um soldado desertor, reincidente no crime.

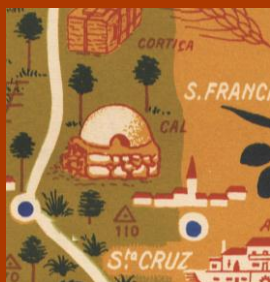
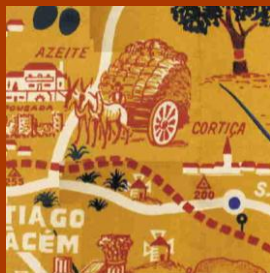
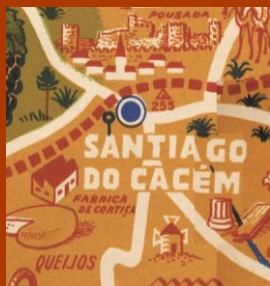
Nessa operação o regedor da freguesia, acompanhado pelos cabos de polícia, efetuaram

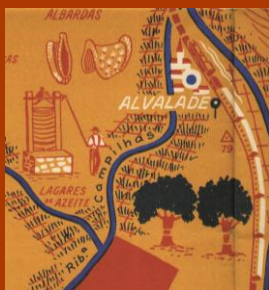
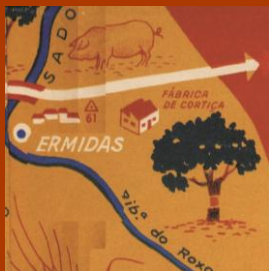
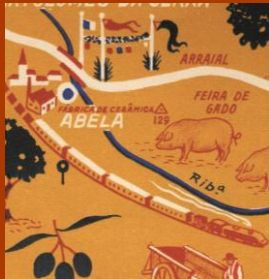
busca a uma casa onde o fugitivo estava acoitado, na companhia de um irmão.

Após efectuarem o cerco da habitação, as autoridades intimaram o desertor a sair. Este saiu, empunhando uma espingarda, e acabou por sucumbir a uma troca de tiros.



Pormenor do frontão da Casa da Quinta das Relvas, em S. Bartolomeu da Serra (fotografia de José Matias, CMSC, 2006).





FREGUESIA DE SANTA CRUZ

O PROBLEMA DO CEMITÉRIO

Em março de 1838, enquanto a Câmara Municipal arrematava a obra do cemitério da vila, o pároco de Santa Cruz queixava-se “do abusivo costume que ainda achou na sua Igreja de se enterrarem [aí] os Cadáveres”, e pedia que fossem tomadas providências.

Em julho desse mesmo ano a junta de paróquia pedia novo auxílio à câmara “por quanto não há terreno capaz para se abrir uma

sepultura, por ser um penhasco, e alem disso porque as posses dos Parochianos são muito poucas para comprar outro terreno melhor e mesmo para fazer o Cemitério”. A edilidade deliberou que dada a proximidade com Santiago do Cacém, os enterramentos daquela paróquia fossem feitos no cemitério do castelo, cuja obra havia sido concluída em maio.



Igreja Paroquial de Santa Cruz (fotografia de José Matias, CMSC, S.d).

RUSGAS ÀS VENDAS

Na sequência de várias denúncias sobre o incumprimento dos horários de encerramento e existência de jogo ilegal, o administrador do concelho ordenou que se efetuassem rusgas em algumas freguesias do concelho.

A rusga às vendas existentes na freguesia de Santa Cruz foi realizada pelo regedor, acompanhado de 4 cabos de polícia, na madrugada de 25 de setembro de 1875.

FREGUESIA DE SANTIAGO DO CACÉM

MUDANÇA DE LOCAL DA FEIRA DO MONTE

Por deliberação camarária de 6 de setembro de 1837, a Feira mudou-se do Largo do Chafariz da Senhora do Monte para as “*terras de Joze Joaquim Salema Guerreiro d’Aboim junto á Calçada do chafariz de S. Sebastião*”.

A mudança fundamentava-se na exiguidade do Largo do Chafariz da Senhora do Monte, e no facto desta via pública, sem qualquer possibilidade de desvio de trânsito, ficar fortemente danificada após a desmontagem da feira.



Largo do Chafariz da Senhora do Monte. Postal ilustrado (fotógrafo desconhecido, finais do século XIX ou inícios do XX). PT/AMSC/Post./Col.E/1

TOPONÍMIA E NÚMEROS DE POLÍCIA

Em maio de 1845, a Câmara Municipal recebeu uma ordem do Governo Civil para que, em colaboração com o Administrador do Concelho, procedesse à colocação de “*letreiros*” com os nomes das

ruas e números sobre as portas das casas da vila. Foi então deliberado fornecer ao referido Administrador do Concelho todos os materiais necessários para esse fim.

FREGUESIA DE CERCAL DO ALENTEJO

UMA FALSA SEDIÇÃO MIGUELISTA

No verão de 1846 espalhou-se a notícia de que se tinha formado uma Guerrilha Miguelista no Cercal, da qual faziam parte alguns elementos cabralistas.

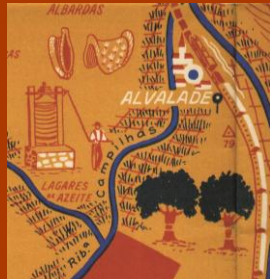
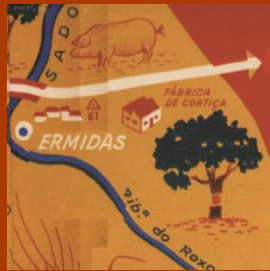
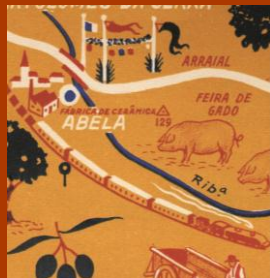
Tudo começara porque o conde de Avelaz resolvera requisitar todo o armamento da Guarda Nacional do Cercal, mas essa força paramilitar (que mais a mais, na altura ficava noutra concelho e distrito), recusou-se a ceder às ordens do conde. O Governador Militar de Sines, intimamente ligado às autoridades revolucionárias, avisara o conde da recusa do povo do Cercal, mas empolara o seu relatório, criando uma falsa sedição miguelista nessa localidade.

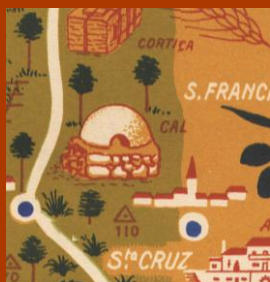
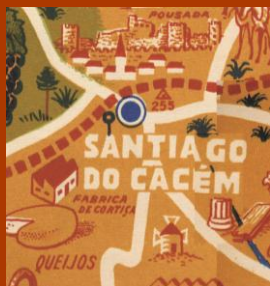
Enquanto o conde partia para Lisboa, para dar parte destes acontecimentos ao Governo e pedir reforços armados, o Administrador do Concelho revolucionário mandava afixar um edital chamando o povo às armas para lutar contra esta guerrilha.

O Administrador do Concelho governamental apressou-se a desenganar o Governador Civil e o Governo, informando que o povo do Cercal fora heróico durante a Guerra Civil contra D. Miguel e o período

subsequente da Guerrilha do Remexido, chegando até a perseguir os guerrilheiros pela serra, portanto seria impossível surgir uma Guerrilha Miguelista nessa localidade. O governador mostrava-se bastante preocupado, pois tudo isto poderia pôr a região “a ferro e fogo”.

É de notar que se vivia um momento particularmente agitado no país e em Santiago do Cacém, pois estava-se no rescaldo da Revolução da Maria da Fonte e conseqüente queda do governo presidido por Costa Cabral, enquanto o duque de Palmela, cartista mas anticabralista, assegurava a chefia do Governo. Em Santiago a situação era especialmente confusa: os membros da Junta de Governo revolucionária, que tinha governado o concelho durante os dias quentes da Maria da Fonte, recusavam-se a entregar o poder às novas autoridades designadas pelo Governo, por as considerarem demasiado próximas dos cabralistas. Esta situação criou um conflito latente, com conseqüente sobreposição de poderes entre as autoridades governamentais e as revolucionárias.





CONGRATULAÇÕES PELA MUDANÇA DE CONCELHO

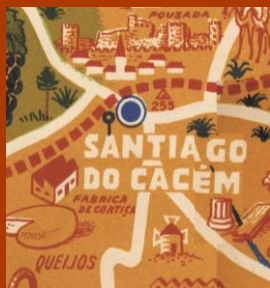
Em sessão extraordinária ocorrida no dia 5 de outubro de 1875, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém tomou oficialmente conhecimento do teor do decreto de 21 de setembro daquele ano, que transferia a freguesia do Cercal para este concelho. O presidente e vereadores, agradados pela preferência do povo do Cercal em pertencer a este município, deliberaram que, findo o prazo de 15 dias da data de publicação, que por lei se deveria aguardar até o decreto entrar efectivamente em vigor, enviariam um ofício de congratulações à Junta de Paróquia e ao povo do Cercal, manifestando “os desejos d’esta

Camara pela boa e inalterável harmonia entre o município e a parochia afim de tornar-se mais proficua a administração municipal no interesse geral dos povos”.

Na mesma altura resolveram lançar um voto de reconhecimento e louvor ao conselheiro Arrobas, deputado pelo círculo eleitoral n.º 74 (a que pertencia o concelho de Santiago do Cacém), não só pelo seu papel crucial na pretensão dos habitantes do Cercal como por ter sempre, no desempenho das suas funções, favorecido e auxiliado o concelho de Santiago do Cacém.



Batistério da Igreja Paroquial de Cercal do Alentejo (fotografia de José Matias, CMSC, 2004).

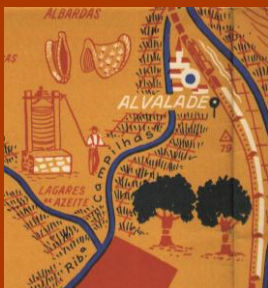
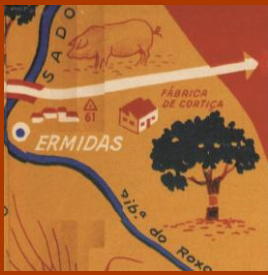


GLOSSÁRIO

Carta Constitucional – Texto constitucional outorgado por D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal em 1826, diferia de uma constituição por não ter sido elaborado por uma assembleia constituinte.

Conselheiro Arrobas – António Maria Barreiros Arrobas (1824-1888). Político influente na segunda metade do século XIX. Foi eleito deputado em 1870, pelo Círculo Eleitoral de Setúbal (composto pelos concelhos de Setúbal, Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém), sendo sempre sucessivamente reeleito até às eleições de 1879 inclusive. Em 1881 recusou recandidatar-se, ocupando então o cargo de Governador Civil de Lisboa, onde se manteve durante cerca de um ano. Neste último posto evidenciou-se como um homem ultra conservador, tomando medidas francamente impopulares, como proibir que se tocasse a Marselha, mesmo em pianos de casas particulares. Foi amplamente caricaturado e ridicularizado por Rafael Bordalo Pinheiro, Eça de Queiroz e outros intelectuais do seu tempo.

Costa Cabral – António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889). Político controverso do reinado de D. Maria II, começou a sua carreira logo após a Guerra Civil de 1832-1834, posicionando-se na extrema-esquerda, onde se fez notar pelos seus discursos inflamados roçando o jacobinismo. A partir de 1838 passou a defender políticas mais conservadoras, acabando por se tornar no homem de confiança da rainha D. Maria II e seu Chefe de Governo. Deposto devido à Maria da Fonte, não mais voltaria a chefiar um Governo mantendo-se, no entanto, até 1851 a manobrar a política portuguesa nos bastidores.

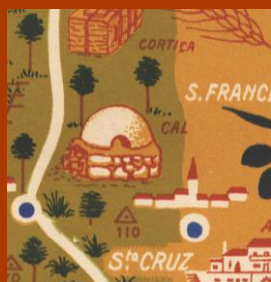
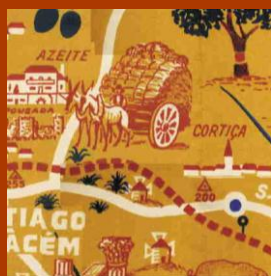
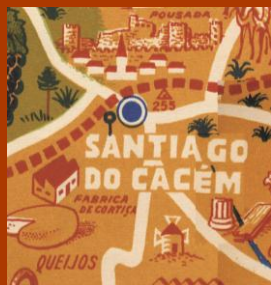


Duque de Palmela – D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850). Membro da alta aristocracia portuguesa, descendente do primeiro duque de Bragança e dos reis da Dinamarca, foi um importante chefe militar liberal, que se evidenciou durante a Guerra Civil de 1832-1834. Ao longo da sua carreira política foi várias vezes ministro e mesmo chefe de Governo. De tendências marcadamente conservadoras e apoiante da Carta Constitucional, opôs-se no entanto a Costa Cabral durante o seu Governo, vindo a substituí-lo no rescaldo da Maria da Fonte.

Galamba – António Manuel Soares Galamba (1802-1853). Lavrador da Vidigueira e famoso liberal, notabilizou-se durante a Patuleia devido ao exército de guerrilheiros que comandava, e às vitórias deste sobre as forças governamentais.

Guarda Nacional – Força paramilitar criada pela primeira vez em 1823, para defesa do Liberalismo triunfante com a Revolução de 1820, foi extinta logo em junho do mesmo ano na sequência do Golpe de Estado conhecido por “Vilafrancada”. Durante a Guerra Civil de 1832-1834, alguns municípios aderentes à causa liberal recrearam-na espontaneamente para sua defesa. Em 1834 foi de novo organizada por decreto, nos moldes anteriores, vindo a ser extinta na véspera da eclosão da Guerra Civil Patuleia, em 8 de outubro de 1834. Tratava-se de forças de milícias, existentes em cada concelho do país, cujos oficiais e graduados eram eleitos pelos membros da força, estando no entanto dependentes das autoridades administrativas locais. O seu caráter eletivo fez delas, principalmente nos grandes centros urbanos, focos de instabilidade e oposição política, tendo tido um papel ativo nas várias revoltas e tumultos do reinado de D. Maria II.

Guerra Civil de 1832-1834 – Após a morte do rei D. João VI, em 1826, o trono passou para o seu filho mais velho D. Pedro, ao tempo imperador do Brasil. Este, depois de outorgar a Portugal a Carta Constitucional, abdicou em favor de sua filha D. Maria da Glória, que passou a partir daqui a ser conhecida por rainha D. Maria II. Em 1828 o seu tio D.



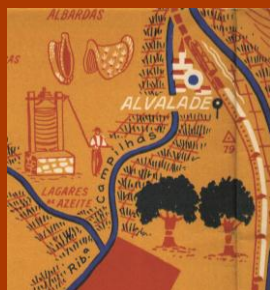
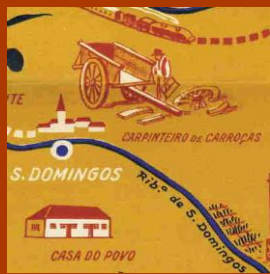
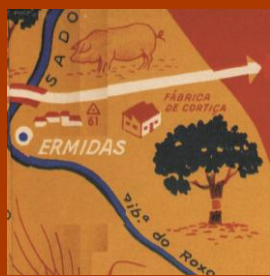
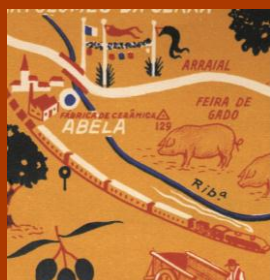
Miguel aboliu a constituição e fez-se aclamar rei absoluto, mas os partidários do regime parlamentar e da rainha tentaram várias vezes restaurar a situação anterior a esta data, começando aí vários conflitos que desembocaram na Guerra Civil. D. Maria II foi aclamada várias vezes, nas localidades que passavam para o controlo dos seus partidários, durante o conflito. Neste período, por exemplo, Santiago do Cacém aclamou D. Maria II duas vezes, em julho de 1833 e em maio de 1834. Em setembro deste último ano a rainha foi considerada adulta pelo Parlamento, sendo aclamada definitivamente perante este órgão de soberania.

Guerrilha Miguelista – Nome dado às forças militares organizadas pelos defensores do Regime Absolutista, no final da Guerra Civil de 1832-1834. A mais importante dessas guerrilhas foi a liderada por José Joaquim de Sousa Reis (1797-1838), conhecido como “Remexido”, atuante no Sul do País. Após a prisão e execução deste, as guerrilhas perderam força, mas mantiveram-se ativas até, pelo menos, 1841.

Maria da Fonte – Revolução que ocorreu na primavera de 1846. Tendo começado no Minho, com um levantamento popular contra a lei que proibia os enterramentos nas igrejas e alguns impostos, rapidamente ganhou o apoio dos vários partidos políticos descontentes com o Ministro Costa Cabral, alastrando pelo país. Terminou em maio com a demissão do Governo.

Patuleia – Nome dado à Guerra Civil que eclodiu em outubro de 1846, na sequência do retorno ao poder dos partidários do deposto Costa Cabral, conhecidos como Cabralistas. A Guerra arrastou-se até junho de 1847, sendo vencida pelas forças governamentais após a intervenção de forças armadas estrangeiras.

Vendas – Estabelecimentos comerciais rurais, normalmente um misto de taberna e mercearia, que muitas vezes se localizavam junto a um caminho ou estrada e longe das povoações.



BIBLIOGRAFIA

MANUSCRITOS

Atas das reuniões de Câmara [Manuscrito]. 1832-1875. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/AL/CMSC/B-C/002.

Copiador de ofícios expedidos para diferentes autoridades [Manuscrito]. 1875-1876. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/ACD/ACSC/B-A/002.

Copiador de ofícios expedidos para diferentes repartições do Governo Civil [Manuscrito]. 1846-1849. Acessível no Arquivo Municipal de Santiago do Cacém. PT/AMSC/ACD/ACSC/B-A/003.

MONOGRAFIAS

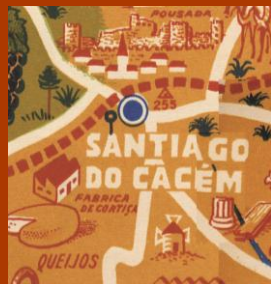
AUTORES VÁRIOS – Gentes e Culturas: Freguesia de Cercal do Alentejo – Caderno Temático n.º 1. Dir. Fonseca Santos. [S. l.]: Liga dos Amigos de Santo André, abril 2003.

AUTORES VÁRIOS – Gentes e Culturas: Freguesia de Santa Cruz – Caderno Temático n.º 2. Dir. Fonseca Santos. [S. l.]: Liga dos Amigos de Santo André, agosto 2003.

AUTORES VÁRIOS – Gentes e Culturas: Freguesia de Santiago do Cacém – Caderno Temático n.º 6. Dir. Fonseca Santos. [S. l.]: Liga dos Amigos de Santo André, julho 2004.

AUTORES VÁRIOS – Gentes e Culturas: Freguesia de S. Bartolomeu da Serra – Caderno Temático n.º 5. Dir. Fonseca Santos. [S. l.]: Liga dos Amigos de Santo André, abril 2004.

AUTORES VÁRIOS – Gentes e Culturas: Freguesia de S. Bartolomeu da Serra – Caderno Temático n.º 3. Dir. Fonseca Santos. [S. l.]: Liga dos Amigos de Santo André, setembro 2003.



AUTORES VÁRIOS – **História de Portugal: 5.º volume – O Liberalismo (1807-1890)**. Dir. José Matoso. [S. l.]: Editorial Estampa, 1993.

AUTORES VÁRIOS – **História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia**. Dir. César Oliveira. [S. l.]: Círculo de Leitores, 1996.

AUTORES VÁRIOS – **Os Municípios no Portugal Moderno: Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais**. Actas do Colóquio: Os Municípios no Portugal Moderno – Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais, Montemor-o-Novo, 6 a 8 de novembro de 2003, org. CMMN e CIDEHUS-UE. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-UE, 2005.



CESÁRIO, Gentil José; GOMES, Luísa – **Açúcar, Pimenta e Canela, Retrato de Santiago do Cacém ao Tempo do Foral Manuelino**. Santiago do Cacém: Câmara Municipal, 2010.

HESPANHA, António Manuel – **História de Portugal Moderno: Político e Institucional**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

QUARESMA, António Martins – **Apontamento Histórico Sobre Vila Nova de Milfontes**. 2ª Edição. Vila Nova de Milfontes: Junta de Freguesia, 1988.

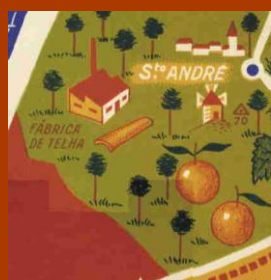
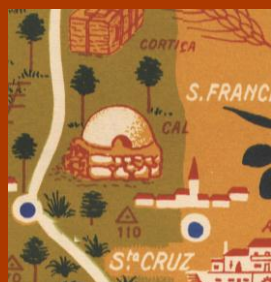
QUARESMA, António Martins – **Odemira, Subsídios para uma Monografia – I**. Odemira: Câmara Municipal, 1989.

QUARESMA, António Martins – **Vila Nova de Milfontes, História**. Vila Nova de Milfontes: Junta de Freguesia, 2003.

QUARESMA, António Martins – **Odemira Histórica, Estudos e Documentos**. Odemira: Câmara Municipal, 2006.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – **Território e Poder: Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal**. Cascais: Patrimonia, 1997.

TAVARES, José – **A Freguesia ou Parochia como Divisão Administrativa**. Coimbra: Universidade, 1896



LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

Decreto de 24 de outubro de 1855

Decreto de 21 de setembro de 1875



FICHA TÉCNICA

Coordenação, textos, pesquisa histórica, grafismo, digitalização e tratamento de imagem – Luísa Gomes, Gentil Cesário, Vânia Nobre, Fátima Braz e Maria Chainho.

AGRADECIMENTOS

O Arquivo Municipal de Santiago do Cacém agradece a colaboração de José Matias e Vítor Barata neste número do Arquivofolha.